

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
Marina Brito de Oliveira Marques	
Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa	
Sarah Brandeburski Farias	
Gabriella Donato de Oliveira Lima	
Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos	
Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos	
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva	
Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL

Dayanne Vieira Maia

Instituto Federal Fluminense (IFF)

Campos dos Goytacazes - RJ

Rosélia Perissé da Silva Piquet

Universidade Candido Mendes (Ucam)

Campos dos Goytacazes – RJ

RESUMO: A construção de um Complexo Portuário em São João da Barra, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o ao desenvolvimento, geração de emprego, e também a impactos ambientais e socioeconômicos. Este trabalho tem o objetivo de analisar o conteúdo das notícias sobre o Porto do Açú, publicadas nos jornais impressos regionais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, verificando o enquadramento dado pela mídia ao empreendimento, e se ela contribuiu para o debate e reflexão das questões relacionadas ao porto, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados nas notícias. A pesquisa utiliza a metodologia da análise de conteúdo e tem como recorte temporal três períodos pré-estabelecidos entre os anos de 2006 e 2015, que compreendem o anúncio e a fase inicial do Porto, a crise no grupo que controlava o empreendimento, e a sua entrada em operação, possibilitando uma análise comparativa das notícias antes, durante

e após a crise no Porto.

PALAVRAS-CHAVE: Porto do Açú; Análise de Conteúdo; Mídia; Comunicação e Informação.

AÇU PORT: A CONTENT ANALYSIS OF NEWS IN THE REGIONAL PRINTED MEDIA

ABSTRACT: The construction of a Port Complex located in São João da Barra, in the North Region of Rio de Janeiro State, raised high expectations around the project, linking it to development, economic growth, job creation and investments, and also to environmental and socioeconomic impacts. This article analyzes the news content on the Açú Port, published in the regional printed newspapers Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, examining the framing given to the enterprise by the media and if it has contributed to the discussion and reflection on the issues related to the port, from different themes, journalistic genres, value and sources used in the news. The research uses the content analysis method and has a three pre-established temporal limits, between 2006 and 2015, which comprise the announcement and the first stage of the Açú Port construction, the crisis on the companies of the group that was in charge of the project, and the start of its operation, enabling a comparative analysis of the news before, during and after the crisis in Porto.

KEYWORDS: Açú Port; Content Analysis; Media; Communication and Information.

1 | INTRODUÇÃO

A construção de um complexo portuário no litoral de São João da Barra-RJ, gerou grande expectativa no município, de 32.747 habitantes (IBGE 2010), e no município vizinho de Campos dos Goytacazes.

Desde o lançamento de sua pedra fundamental, em 2006, e início de sua construção, em 2007, o Porto do Açú fez parte da agenda da mídia nacional e regional/local. Propagado pelo grupo EBX e pelo empresário Eike Batista como um “megacomplexo”, “superporto”, o empreendimento gerou momentos de incerteza, com atraso nas obras e desistências de ocupação de empresas, em 2012 e 2013, com a crise da EBX, iniciando sua operação em 2014, já sob o comando da Prumo Logística S/A. Durante todo esse período, o Porto do Açú foi tema de diversas notícias nos veículos de comunicação da região, que falavam sobre desenvolvimento, crescimento populacional, emprego, qualificação profissional, degradação ambiental, protestos de trabalhadores e desapropriações irregulares, entre outros temas.

Mediante todas as questões relacionadas à instalação de um Grande Projeto de Investimento (GPI) em um território e tendo em vista a abrangência dos meios de comunicação de massa e sua influência na opinião pública, este artigo visa analisar o conteúdo das notícias sobre o Porto do Açú, fazendo um comparativo entre os períodos inicial, de crise e de sua entrada em operação, verificando o enfoque dado pela mídia impressa regional e se ela contribuiu para ampliar o debate e a reflexão das questões relacionadas ao Complexo Portuário, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados nas notícias, ou apenas reproduziu o discurso das forças econômicas e políticas, que difundiram uma ideia de progresso e desenvolvimento.

Para isso, foi utilizada metodologia de abordagem quantitativa e qualitativa, com análise de conteúdo das notícias sobre o Porto do Açú, tendo como fonte os jornais diários de Campos dos Goytacazes, Folha da Manhã e O Diário, de circulação regional, e o jornal Quotidiano, de circulação mais restrita ao município de São João da Barra. A pesquisa tem como recorte temporal períodos entre os anos de 2006 a 2015, que compreendem o anúncio e início da construção do Porto, a crise do Grupo EBX e sua entrada em operação.

2 | O COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO AÇU

Em 27 de dezembro de 2006, o empresário Eike Batista lançou a pedra fundamental do Porto do Açú, tendo como vetor atrativo a proximidade com as reservas petrolíferas da Bacia de Campos, agregando a função de apoio *offshore* (LEO, 2014). As obras começaram em outubro de 2007, com previsão de realizar o

primeiro embarque de minério de ferro em 2009. Inserido na etapa da modernização portuária brasileira, o empreendimento recebeu investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2010.

Em um vídeo de divulgação da LLX, a companhia apresenta o projeto do Porto como o maior e mais eficiente complexo portuário da América Latina, com 150 km² de retroárea, 2,5 vezes o tamanho da Ilha de Manhattan, nos Estados Unidos, posicionando-se entre os três maiores portos do mundo. O projeto contava com dois terminais que totalizavam 11 km de cais, o TX1 (*offshore*) e o TX2 (*onshore*), com nove berços dedicados a movimentação de minério de ferro e de barris de petróleo.

Conforme relatório da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB, 2011), o Complexo Portuário também teria um Distrito Industrial na sua retroárea. O empreendimento, que previa investimentos de 3 bilhões de reais e geração de 10 mil empregos diretos em sua infraestrutura, seria viabilizado pela parceria público-privada entre a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) e a LLX Açú Operações Portuárias, do grupo EBX. Para o Distrito Industrial estavam previstas cimenteiras, polo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadoras de automóveis, pátios de armazenagem, *cluster* para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas. O projeto incluía, ainda, um mineroduto, com cerca de 500 quilômetros de extensão, que cortaria 32 municípios, para o transporte minério de ferro, extraído da mina de Conceição do Mato Dentro/MG até o Porto do Açú, para processamento e exportação (PESSANHA, 2014).

Em julho de 2008, o empresário Eike Batista dizia ter mais de 30 memorandos de entendimento assinados com companhias estrangeiras, que arrendariam áreas de seu Distrito Industrial e sustentariam o empreendimento. “A história da EBX nos anos seguintes, foi uma sucessão de anúncios de desistência dos signatários desses memorandos” (LEO, 2014, p. 159), incluindo a fábrica de automóveis da Nissan e a siderúrgica chinesa *Wuhan*.

O atraso nas obras, problemas ambientais e desistências de empresas geraram um clima de incerteza em relação ao futuro do Porto. O ano de 2013 marcou a queda das ações das empresas do Grupo EBX na bolsa de valores e a venda da LLX para o grupo americano *EIG Global Energy Partners*, deixando para trás o X e passando a se chamar Prumo Logística Global (LEO, 2014).

O Porto do Açú começou a operar no 2º semestre de 2014, com proporções bem menores do que o projeto inicial. Entre as operações no Porto do Açú, Pessanha (2015) destaca as atividades ligadas à Petrobras e o transbordo de petróleo em área abrigada, previsto para entrar em operação em 2016.

3 | RELAÇÃO PORTO-CIDADE E OS IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO

Progressivamente, a tendência de indissociabilidade e interdependência entre porto e cidade é substituída pelo distanciamento e afastamento. No mundo globalizado, com os imperativos de fluidez de mercadorias e a operação transescalar, os portos possuem características impostas pelo mercado, que ignoram a escala local. Porto e cidade são apresentados como antagônicos: “a cidade seria um obstáculo à fluidez de circulação” (MONIÉ, 2009, p.11).

Vainer (2007, p. 6-7) diz que os GPls projetam sobre os espaços locais interesses quase sempre globais, e que são uma forma de organização territorial que a tudo se sobrepõe, “fragmentando o território e instaurando circunscrições e distritos que, no limite, constituem verdadeiros enclaves”.

O caso do Complexo Portuário do Açú não é diferente da maioria dos portos implementados na era da globalização. De acordo com Pessanha (2015, p. 21), ele materializa o que se chama transescalar, um empreendimento privado, criado e fomentado pelo mundializado mercado de comercialização de *commodities*, com apoio do Estado em suas três esferas, e que se instala no território gerando uma série de impactos. A natureza do projeto do Porto do Açú, com a construção de infraestrutura portuária e de um complexo industrial voltado para a exportação, possui como característica a baixa internalização de suas atividades no local de implantação e, portanto, “uma capacidade limitada de gerar encadeamentos favoráveis à dinamização da economia da região, tendendo a induzir apenas a criação de pequenos negócios ou serviços, que exigem, normalmente, pessoal menos qualificado” (PIQUET; SHIMODA, 2014, p.126). Os autores citados revelam que, apesar dos efeitos benéficos, estudos indicam que nas localidades que recebem os projetos, ocorrem crescimento populacional e ocupação urbana desordenada, deslocamentos de populações rurais de suas terras.

Oliveira (2012, p. 79) diz que na região Norte Fluminense, especialmente na escala municipal, pode-se identificar a vulnerabilidade das administrações frente aos GPls, que são atraídos pelos fatores geográficos, mas definem suas instalações pelas facilidades oferecidas pelos poderes locais, caracterizando a “guerra dos lugares”. Como afirma Vainer (2010, p.114), “O prefeito não existe. Não existe mais o poder local. O poder local é o grande projeto: ele redefiniu a totalidade daquele espaço e criou, na verdade, uma nova instância de poder”.

O que se viu durante a implantação do Complexo Portuário foram beneficiamentos das três esferas de governo, com financiamentos do BNDES, isenções fiscais e redução de impostos, além de facilitação das concessões de áreas, desapropriações de terra e licenciamentos ambientais.

Ao mesmo tempo em que as forças hegemônicas se instalam no território, promovendo um rearranjo no espaço, que inclui inovações produtivas e econômicas, elas também geram impactos negativos e conflitos socioeconômicos, políticos e

ambientais (OLIVEIRA, 2012, p. 68).

Desde a sua implantação, o Porto do Açú provocou conflitos e impactos socioeconômicos e ambientais no território, como desestruturação do modo de vida e economia local, desestabilização da estrutura agrária, além de interrupção de práticas locais de produção e de subsistência, gerados pelas desapropriações, danos à pesca, assoreamento de lagos e rios, especulação imobiliária e redução da produção agropecuária.

4 | A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os veículos de comunicação exercem uma função central, atuando como mediadores dos fatos para a sociedade que, sem a mídia, não teria acesso ao que acontece no mundo. A função social da mídia numa sociedade democrática é de informar, levando os diferentes ângulos de um acontecimento, sem deixar de lado o compromisso com a credibilidade e veracidade dos fatos, dando subsídios para que os indivíduos tirem suas próprias conclusões. Entretanto, em muitas ocasiões, a função social do jornalismo é colocada em segundo plano para atender aos interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas. Gans (1979, p. 81 apud TRAQUINA, 2012, p. 199) destaca que “as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”, e que o primeiro poder dos jornalistas ou proprietários de meios de comunicação é o de decidir o que é notícia, pois ela “dá existência pública aos acontecimentos”.

A Teoria (ou hipótese) da Agenda, criada por Maxwuel McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, afirma que a agenda da mídia exerce influência sobre a agenda do público, determinando os temas que são proeminentes na imagem dele, influenciando sua maneira de pensar e de agir.

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torne foco de nossa atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Para Walter Lippmann, considerado o pai intelectual da ideia do Agendamento, os veículos de comunicação mostram uma realidade que, muitas vezes, está distante, recriando-a e determinando as imagens que temos sobre ela. “A opinião pública responde não ao ambiente, mas ao pseudoambiente construído pelos veículos de comunicação” (1922 apud MCCOMBS, 2009, p. 19). O autor diz, ainda, que a opinião pública seria fruto da ação de grupos de interesse ou pessoas agindo em nome de grupos:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente

de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas ou de indivíduos agindo em nome de grupos é Opinião Pública com letras maiúsculas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

As imagens que o público tem da realidade a partir dos acontecimentos narrados pela mídia contribui para a formação da Opinião Pública. “A opinião reconhecida como pública, então, seriam as opiniões feitas públicas. E não as opiniões surgidas do público” (LIPPMANN, 2008, p.140). Diante disso, podemos dizer que são inegáveis os efeitos da mídia sobre a sociedade. Os assuntos divulgados por ela, principalmente os que recebem maior ênfase, são temas de conversas em grupos, na família, na escola, no trabalho, entre outros.

O conceito de Enquadramento ou *Framing* pode ser considerado um desdobramento da Teoria da Agenda. Ele está diretamente relacionado ao agendamento. Além de estabelecer a agenda do público, a mídia também teria influência sobre o enfoque e o que pensamos sobre determinado fato.

O enquadramento é constituído através de procedimentos de seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos ou informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas, etc. (ROTHBERG, 2010, p. 54 – 55).

Ao selecionar o ângulo da notícia, título, imagens, legendas e o *lead*, além dos gêneros jornalísticos e da escolha das fontes, o jornalista/editor está fazendo um enquadramento. A mídia define o que é relevante ao enfatizar determinado tema. Zanetti (2008, *on line*) diz que “a maneira como um assunto é enquadrado pela mídia, influencia a forma de recepção deste assunto no público leitor”. Druckman (2001, p. 1041 apud ZANETTI, 2008) diz que um efeito de *framing* ocorre quando, “ao longo da descrição de um assunto ou evento, a ênfase do enunciador sobre um subconjunto de considerações relevantes em potencial faz com que os indivíduos se concentrem nessas considerações ao construírem suas opiniões”.

5 | O PAPEL DOS GÊNEROS E FONTES JORNALÍSTICOS

Os gêneros jornalísticos têm um importante papel para a compreensão das mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa. Eles servem para informar, explicar e orientar os leitores, permitindo que estes identifiquem a forma e o seu conteúdo, possibilitando, também, um diálogo entre o jornal e o leitor (MEDINA, 2001, p.50). Marques de Melo (2003, p. 64) conceitua o gênero jornalístico como “um conjunto de circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público”. Para o autor, o gênero “é a articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)”. A partir dos tipos de gêneros, é possível analisar

como a mídia enxerga seu compromisso social e relação com o público, pois eles determinam a intencionalidade do discurso e a forma como os fatos serão abordados, se com seriedade, de maneira abrangente, aprofundada ou de forma engraçada.

Pioneiro neste estudo no Brasil, Luiz Beltrão (1969; 1976; 1980) classifica os gêneros jornalísticos em: informativo, em que se enquadram os formatos notícia, entre outros; interpretativo, com o formato da reportagem em grande profundidade; e opinativo, no qual se enquadram os formatos artigo, editorial, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Neste estudo, serão utilizados os gêneros informativo, interpretativo e opinativo.

As fontes também desempenham um importante papel na construção da notícia e da agenda da mídia, sendo definidas por Schmitz (2011, p.09) como:

Pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas, de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

A mídia não constrói uma notícia de forma autônoma, ela depende de assuntos específicos fornecidos por fontes que detêm a informação ou presenciaram um fato ou evento. Melo (2012, p.7) destaca que a rede informativa da mídia reflete a estrutura social, priorizando as fontes que detêm maior poder político e econômico. Desta maneira, as fontes governamentais/oficiais e empresariais, além de serem mais consultadas, possuem um poder maior de interferir na agenda da mídia, que por sua vez, tem a capacidade de influenciar a agenda pública.

6 | ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA

A pesquisa é composta por 616 notícias, publicadas nos jornais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, nos três períodos pré-estabelecidos, com o objetivo de fazer uma análise comparativa entre o conteúdo das notícias antes, durante e após a crise no Porto do Açu, a partir de quatro categorias de classificação: (1) temas; (2) fontes; (3) gêneros/mensagens jornalísticos e (4) valência. O período 1, de dezembro de 2006 e julho de 2007 a junho de 2009, compreende a fase inicial de construção do porto; o período 2, compreende o ano de 2013, da crise do Grupo EBX, com a passagem de comando para a Prumo Logística; e o período 3, de janeiro de 2014 a junho de 2015, corresponde à mudança de comando do Porto e sua entrada em operação.

Para atingir os objetivos propostos foram formulados 13 temas, que fizeram parte da agenda da mídia, estabelecidos com base na recorrência em que apareceram durante a pré-análise dos jornais, conforme veremos adiante.

As fontes de notícias foram classificadas em: (1) Políticos, pessoas eleitas para cargos públicos e secretários nomeados em função da política; (2) Representantes de órgãos públicos que se pronunciam pelo Estado e preservam os poderes constituídos

(Executivo, Legislativo, Judiciário); (3) Empresarial; (4) População; (5) Especialistas, que têm conhecimento para analisar os acontecimentos e suas possíveis consequências; (6) Institucional, como representantes de organizações sem fins lucrativos, associações, sindicatos e instituições de ensino; (7) Jornalistas/colunistas e (8) Outros.

Os gêneros jornalísticos foram divididos em: (1) informativo, que é a informação simples e objetiva dos fatos; (2) interpretativo, com a informação ampliada, mais contextualizada, em profundidade; e o (3) opinativo, que transmite a opinião e o ponto de vista do jornalista, colunista, dono de jornal ou leitor. A quarta categoria de análise, a valência, utilizada pelo Laboratório de Estudos Eleitorais em Comunicação Política e Opinião Pública – DOXA do IESP/UERJ, classifica as notícias em: (1) positiva, (2) negativa e (3) equilibrada, que traz elementos negativos e positivos.

Os resultados obtidos mostraram que o período em que o tema Porto do Açu ocupou com maior frequência a agenda da mídia foi o período 2, com 261 notícias (42,4%), seguido pelo período 3, com 183 notícias (29,7%), bem próximo do período 1, em que foram publicadas 172 notícias (27,9%).

A análise dos temas das notícias publicadas na mídia impressa revelou, conforme o Gráfico 1, a predominância do tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, no período inicial do Porto, abordado em 50% das notícias publicadas. O tema Geração de emprego e renda vêm em segundo lugar (15,1%), seguido por Construção do Porto (14,5%), Qualificação profissional (10,5%), eventos e visita de políticos ao Porto, ambos com 7,0%. Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelo Porto foram praticamente ignorados pela mídia (5,2%). Temas como projetos para a comunidade, concessão de licenças e audiências públicas, demissões e protestos de trabalhadores foram abordados em menos de 5,0% das notícias.

No período 2, as notícias sobre a queda de ações do Grupo EBX, paralisação de obras, desistência de empresas, e a passagem de comando do Porto para a Prumo Logística, entre outros temas relacionados à Crise do Grupo X/Mudança de comando, ocuparam com maior frequência a agenda da mídia (39,9%), seguidas pelas notícias sobre os impactos socioeconômicos e ambientais (17,6%). As matérias sobre demissões e protestos de trabalhadores e desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, aparecem empatadas, em terceiro lugar, com 14,6%. O tema construção do porto foi abordado em 6,5% das notícias, seguido pelo tema Concessão de licenças e audiências públicas (4,6%). No período de crise, foi registrada uma queda considerável na abordagem dos temas Geração de emprego e renda e Qualificação profissional (2,3%).

Durante o período 3, de entrada em operação do porto, já sob o comando da Prumo Logística, o tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, voltou a ser o de maior abordagem na mídia (29,5%). Em segundo lugar, aparece o tema Operação/Mudança de perfil do porto (23,0%). Os temas Geração de Emprego e Renda e Impactos Ambientais e Socioeconômicos foram abordados em 9,8% das notícias, seguido pelo tema Demissões e Protestos de Trabalhadores, com 9,3%. As

matérias sobre a crise do Grupo X e a mudança de comando do Porto ainda são repercutidas pela mídia no período, com 6,0%. Os demais temas apareceram em menos de 4% das notícias ou não foram abordados.

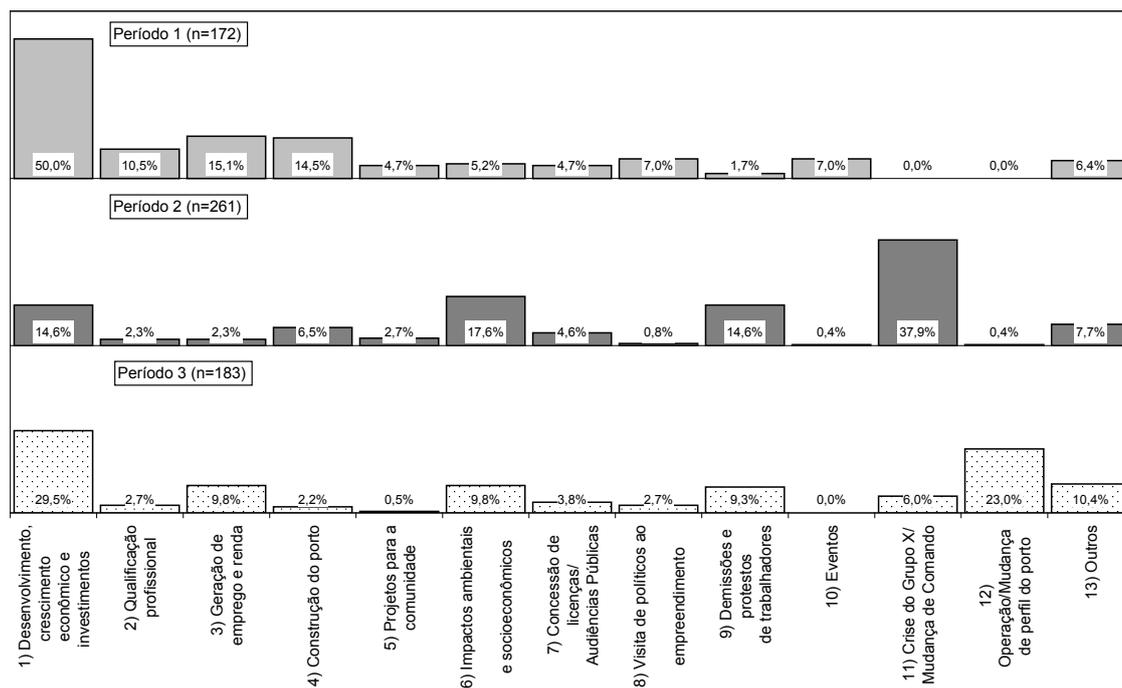


Gráfico 1: Frequência de abordagem dos temas relacionados ao porto nos três períodos analisados.

A pesquisa mostrou o predomínio da fonte empresarial e dos políticos nas publicações do período 1, com 54,1% e 50,6%, respectivamente. Os jornalistas/colunistas aparecem em 3.º lugar (19,8%), seguido pela fonte institucional (6,4%). A população e os especialistas foram ouvidos em apenas 4,1% e 2,9%, nesta ordem. Os representantes de órgãos públicos não tiveram voz em nenhuma notícia no período, conforme o Gráfico 2.

No período de crise do Porto do Açú, em 2013, a fonte mais utilizada pelos jornalistas continuou sendo a empresarial (57,1%), seguida pelos jornalistas/colunistas (29,9%). Representantes de órgãos públicos, como o Ministério Público, por exemplo, foram utilizados como fonte em 19,9% das notícias, principalmente em virtude das matérias sobre impactos ambientais e socioeconômicos, abordados com maior frequência. A fonte institucional também foi mais solicitada (16,5%). Os políticos, que apareceram em mais de 50% das notícias no período de expectativa com relação ao Porto, preferiram se omitir no momento de crise ou não foram tão solicitados pela mídia (10,7%). Mesmo neste período crítico e de incerteza, os especialistas foram ouvidos em apenas 6,5% das notícias e a população em apenas 3,8%.

No período 3, mais uma vez, verifica-se um forte predomínio da fonte empresarial (59,6%), como revela o Gráfico 2. Os políticos voltaram a aparecer na 2.ª posição (21,3%), seguidos pelos jornalistas/colunistas (17,5%) e pelos representantes de órgãos públicos (12,6%). A fonte institucional foi utilizada em 8,7% do total de notícias

e o ponto de vista da população aparece com maior frequência que nos períodos anteriores, mas ainda com um índice muito baixo, de 8,2%. Os especialistas foram citados em apenas 3,8% das notícias.

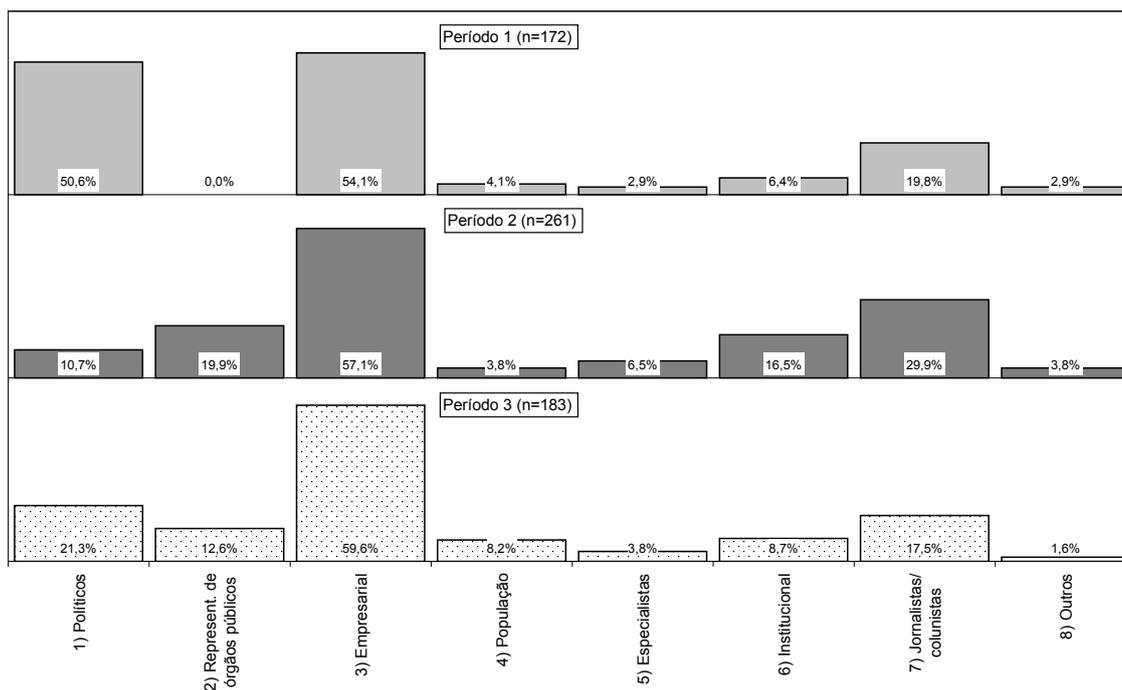


Gráfico 2: Percentual das fontes utilizadas nas notícias, nos três períodos analisados.

Nos três períodos analisados, como mostra o Gráfico 3, as mensagens jornalísticas são, predominantemente, do gênero informativo, com 76,7% no período 1, 76,6% no período 2 e 85,8% no último período. O gênero opinativo foi utilizado em 22,7% das matérias do período 1 e 22,6% no período 2. A utilização deste gênero, que indica a opinião pessoal dos autores, cai para 13,1% no período 3. O gênero interpretativo, que aborda os temas de maneira mais aprofundada, foi utilizado em apenas 4 das 616 matérias sobre o Porto.

Em relação à análise de valência das notícias, ainda no Gráfico 3, podemos verificar que o período 1 foi o que teve maior percentual de matérias positivas sobre o Porto do Açu, com 88,4%. Neste período, 6,4% das notícias foram classificadas como equilibradas e apenas 5,2% tiveram enfoque negativo. No período 2, as notícias com enfoque negativo somaram 59,0%, superando as positivas, com 37,9%. As notícias de abordagem equilibrada representaram apenas 2,7%. O período 3 volta a ser predominado pelas matérias positivas, com 68,3%. As matérias de enfoque negativo representam 27,3% das publicadas, em que a derrocada das empresas do Grupo EBX ainda repercute na imprensa. As matérias equilibradas equivalem a apenas 4,4%.

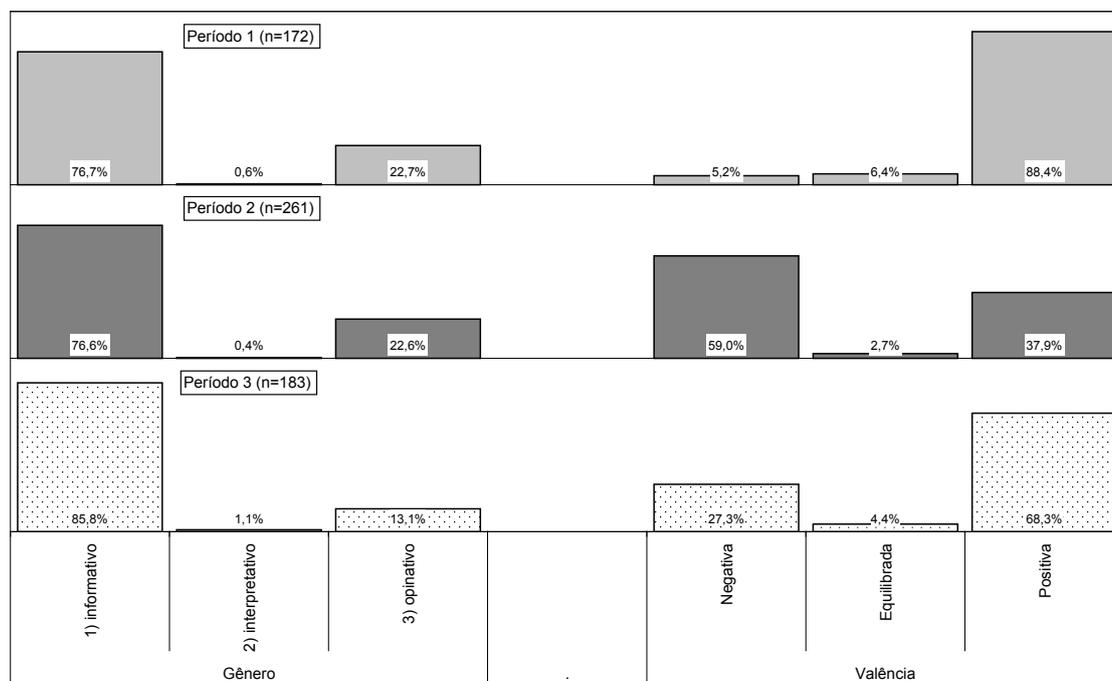


Gráfico 3: Percentual de utilização dos gêneros jornalísticos e valência das notícias.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram, na fase de expectativa e início da construção do Porto, quando a população, em geral, não tinha conhecimento dos impactos positivos e negativos que ele poderia causar no território, um comprometimento da mídia regional na repercussão de notícias que falavam sobre a magnitude do empreendimento, desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.

Somente no período de crise, com a repercussão nacional da queda das ações das empresas do Grupo EBX, das desistências de empresas que iriam se instalar no Complexo Portuário, é que estes e outros fatos, como impactos ambientais e socioeconômicos tiveram maior destaque nos jornais. Mesmo nesse período, a mídia não deixou de abordar o tema Desenvolvimento, investimentos, que voltou a ocupar a primeira posição entre os mais frequentes na fase de mudança de comando e início de operação do Porto.

Apartir dos resultados obtidos, pode-se dizer que a mídia impressa não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao porto. A escolha do gênero informativo para quase 80% das notícias publicadas mostra que os temas foram abordados de forma mais abrangente e superficial. O número muito reduzido de matérias do gênero interpretativo e com enfoque equilibrado revela que a mídia não teve a intenção de orientar os leitores, ampliar o debate, aprofundar e contextualizar os fatos. A escolha das fontes jornalísticas também demonstra isso, visto que a maioria das notícias trouxe apenas a visão de empresários e/ou políticos. Os especialistas, que poderiam contribuir com seu conhecimento técnico para o debate e esclarecimento da população, foram consultados em apenas 4,7% das notícias publicadas.

REFERÊNCIAS

AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Rio-Niterói – Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú.** Rio de Janeiro, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Jornalismo Interpretativo:** filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. **A Imprensa Informativa:** técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

LEO, Sergio. **Ascensão e queda do império X:** Eike Batista e as jogadas, trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MCCOMBS, Maxuell. **A teoria da Agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEDINA, Jorge Lellis Bonfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: **Revista Symposium.** Ano 5. Número 1. Pernambuco. Janeiro – junho de 2001. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/generos-jornalisticos-do-a-questao-jorge-lellis-medina.html>> Acessado em: 26 de fevereiro de 2016.

MELO, Paula Reis. A participação da fonte na construção da notícia: o caso do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora.** Vol. 6, nº 2, dezembro de 2012. Disponível em: <<http://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/227/222>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2015.

MONIÉ, Frédéric. **Desenvolvimento Territorial nas Cidades-Porto da América do Sul.** VII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideú, Uruguai, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia de. **Os laços entre estado e capital privado:** o grupo EBX como X da questão. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, UCAM, Campos dos Goytacazes, 2012.

PESSANHA, Laila de Souza Gomes. **O Complexo Portuário do Açú e o cenário empresarial da região Norte Fluminense.** 91f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2012.

PIQUET, Rosélia Perisset da Silva; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: as expectativas quantos aos impactos do Porto do Açú. Rio de Janeiro. **Revista Política e Planejamento Regional (PPR),** Rio de Janeiro, v. 1, 2014.

ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça:** crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2010.

SCHIMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 3ª ed. Florianópolis:

Insular, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Classes sociais e poder político no planejamento. In: **Estado e lutas sociais**: intervenções e disputas no território. AMBIENS Sociedade Cooperativa (org.). Curitiba: Kairós, 2010, p. 107 -120.

VAINER, Carlos Bernardo. **Fragmentação e projeto nacional**: desafios para o planejamento territorial. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em planejamento Urbano e Regional. Belém/PA. Maio de 2007.

ZANETTI, Daniela. O framing e o processo de construção da notícia. **Revista PJ:BR – Jornalismo Brasileiro**. Ano V. Volume 10. USP. São Paulo, julho de 2008. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm> Acessado em: 20 de fevereiro de 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

